

**Escrita
Irrequieta**

noesis

**25
abril
1974**

**50
anos
2024**



Índice

2	Editorial
3	A censura no Estado Novo
4	A Legião Portuguesa
5	A Mocidade Portuguesa
6	Primavera Marcelista
8	Os estudantes e o Estado Novo
10	Portugueses a salto
12	As mulheres no Estado Novo
15	Diário de Escritas
19	Proibido mas... Li e recomendo...
20	25 de Abril de 1974, “cantado”, contado e ilustrado
22	Cronologia do dia 25 de Abril de 1974
26	Quem foi Celeste Caeiro
27	Abril e o direito ao voto
28	Divulgação de atividades do Agrupamento para a comemoração dos 50 anos de Abril
	A Cruzada das Crianças
	Abril em Rap
	3.º Encontro Nacional de Jovens Jornalistas
	Dois dedos de conversa com... José Fanha e Daniel Completo
38	Opinião
	Sociedade do futuro
	Somos, efetivamente, um agrupamento intercultural?
	É preciso repensar a Humanidade
	Não podemos fechar a porta à criatividade

Editorial

Dora Gomes

No dia 15 de fevereiro, lançaram-nos o desafio de propor uma maquete para uma edição da Noesis Digital e a equipa do Jornal Escrita Irrequieta do Agrupamento de Escolas de Branca disse “Presente!” e pôs-se em campo. Este é o resultado de um projeto que tínhamos já iniciado no início do presente ano letivo: (re)visitar Abril para envolver os nossos jovens jornalistas na compreensão do seu significado profundo e dá-lo a conhecer a outros jovens leitores do nosso jornal para, que se consciencializem de que está nas suas mãos impedir que se percam os direitos adquiridos em Abril de 1974 e para que continuem a fazer eco de todos quantos, nos diferentes quadrantes da sociedade de então, se comprometeram com a Revolução dos Cravos.

Urge investir na literacia política dos nossos jovens e adolescentes para que possam exercer o direito ao Voto de forma consciente e responsável. Seguramente que conseguimos desbravar terreno neste sentido com os desafios que lançámos aos nossos jovens para levar a cabo este projeto de TODOS nós.

Que a leitura deste projeto nos torne mais conscientes e empenhados com o PRESENTE e, desta forma, com o FUTURO!

A censura no Estado Novo

Gabriel Antão
(9.º A/Clube de Informação e Jornalismo)

Durante o Estado Novo, a censura, vista como uma coisa normal pelo regime, foi por este utilizada como um instrumento de controlo dos cidadãos, porque condicionou drasticamente a liberdade de imprensa através da censura aos jornais, livros, teatro, cinema, música... O grande objetivo era impedir claramente que os cidadãos tivessem acesso a informação considerada inconveniente e capaz de colocar em causa uma imagem positiva do Estado Novo e de Salazar. No fundo, ninguém podia ter acesso a informação que mostrasse o país real e ninguém tinha liberdade para expressar a sua opinião pessoal.

O *lápiz azul* tornou-se o símbolo da censura, porque os censores do Estado Novo recorriam aos lápis azuis para os cortes em textos, imagens e desenhos a publicar na imprensa. Esses cortes visavam eliminar a informação incómoda para o regime e impedir qualquer tentativa de pôr em cheque a respetiva imagem de Estado forte.

Importa registar que, em 22 de junho de 1926, ainda em plena

Ditadura Militar, foi criada uma Comissão de Censura, sendo os jornais obrigados a enviar à mesma quatro provas de cada página a publicar e a não deixarem em branco os espaços das notícias censuradas.

O Decreto n.º 22 460 de 1933 instituiu legalmente a censura prévia e o diploma foi elaborado em linha com a Constituição, que referia que o Estado tinha a função de defender a opinião pública *“de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum”*.

Mais tarde, em 1972, durante o governo de Marcello Caetano, a Direcção dos Serviços de Censura transformou-se em Direcção Geral da Informação e a censura passou a assumir a designação de exame prévio, conforme se poderá consultar em

<https://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1494>.

Como nota final, refira-se que os livros não eram alvo de revisão prévia, mas podiam ser apreendidos depois de publicados.



Direcção dos Serviços de Censura
PROIBIDO
Em de _____ de 19__



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

A Legião Portuguesa

*Tiago Pinho
(8.º D/Clube de Informação e Jornalismo)*

A Legião Portuguesa foi criada em 1936, tendo como principal objetivo a "formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social".

Criada pelo Estado Novo, como milícia oficial do regime, e por influência externa de outros regimes totalitários europeus, nomeadamente o alemão e o italiano, foi dissolvida em 1974, com a Revolução dos Cravos. A Legião Portuguesa era um instrumento que permitia a Salazar controlar os diferentes setores da sociedade portuguesa e evitar que a ideia de um Estado forte fosse posta em causa.

A Legião Portuguesa assumiu diversas facetas: militar, de estrutura de ação do Estado em conjugação com a polícia política (PIDE), de vigilância pública, de ação violenta contra potenciais inimigos do regime, de organização da proteção civil, de intervenção em situações de ajuda e solidariedade para com os mais desfavorecidos, de auxílio das "forças da ordem", de atividades

administrativas específicas, de formação e doutrinação dos membros da organização (legionários), de controle social e ideológico da população, de propaganda do regime e de referencial simbólico nacionalista. Os membros da Legião Portuguesa encontravam-se distribuídos por três escalões: O primeiro era constituído por legionários dos 18 aos 45 anos, preparados para entrar rapidamente em ação. O segundo, ligado à defesa civil, era integrado por legionários com mais de 45 anos. O terceiro

integrava essencialmente legionários com mais de 60 anos. O juramento dos membros da Legião Portuguesa era o Compromisso do Legionário, que consistia no seguinte: "Como legionário, juro obediência aos meus chefes na defesa da Pátria e da ordem social e afirmo solenemente pela minha honra que tudo sacrificarei, incluindo a própria vida, se tanto for necessário, ao serviço da Nação, do seu património espiritual, da moral cristã e da liberdade da terra portuguesa".



A Mocidade Portuguesa

Tiago Pinho
(8.º D/Clube de Informação e Jornalismo)

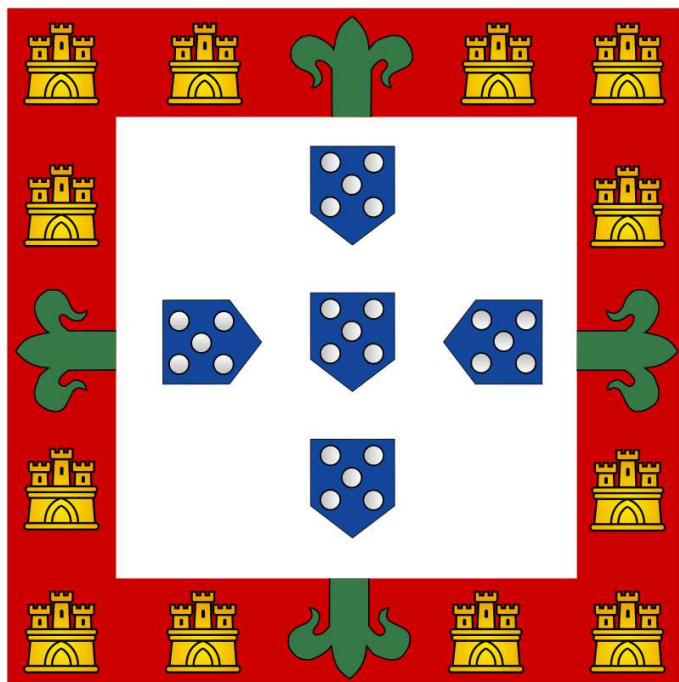
A Mocidade Portuguesa, à imagem da Legião Portuguesa, foi também criada em 1936 e tinha como objetivo “*inculcar na juventude o sentimento de ordem, o gosto da disciplina e o culto do dever militar*”. Inspirada pelo modelo fascista italiano, abrangia obrigatoriamente toda a juventude, quer frequentasse a escola ou não, entre os sete e os vinte e cinco anos de idade.

Os membros da organização usavam farda composta por camisa verde, calção castanho, bivaque castanho escuro e um cinto com a letra S (de Servir e, popularmente, de Salazar...), faziam a saudação romana com o braço direito estendido e tinham um hino próprio.

Agrupavam-se em escalões: Lusitos, dos sete aos dez anos; Infantes, dos dez aos catorze; Vanguardistas, dos catorze aos dezassete; Cadetes, dos dezassete aos vinte e cinco. Apenas os dois primeiros eram de filiação obrigatória.

Por norma, nas cerimónias, desfiles e demais atividades, os membros da Mocidade Portuguesa mantinham-se de pé,

sempre com o braço direito estendido e proclamavam em coro: Quem vive? Portugal, Portugal, Portugal! Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar!



Primavera Marcelista

Cláudio Santos
(8.º A/Clube de Informação e Jornalismo)



Por Desconhecido - Arquivo Nacional, Domínio público,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=69432873>

Falar do Estado Novo sem fazer uma caracterização, ainda que breve, da Primavera Marcelista, seria, no mínimo, amputar um dos momentos mais conturbados da nossa memória coletiva do eclodir de uma réstia de esperança, que depressa esmoreceu.

Compreendida, temporalmente, entre 1968 e 1970, a Primavera Marcelista corresponde ao período inicial do exercício do cargo de Presidente do Conselho de Ministros por Marcello Caetano, em substituição da figura maior do regime, António de Oliveira Salazar, arredado da ribalta política por motivos de doença.

Empossado, no Palácio de São Bento, por nomeação do Presidente da República, Américo Tomás, em 27 de setembro de 1968, o jurista português procurou introduzir algumas mudanças no regime do Estado Novo, ao perceber a necessidade de modernizar o país.

Na sociedade, promoveu a melhoria da assistência social e ensaiou algumas propostas de democratização do ensino, projetadas pelo ministro Veiga Simão.

Na economia, uma das áreas de maior impacto nacional, promoveu o fim do chamado condicionalismo industrial, abrindo o país ao investimento estrangeiro. Lançou algumas grandes obras públicas, com destaque para o porto de Sines e para a barragem do Alqueva e promoveu a aproximação à CEE – Comunidade Económica Europeia.

Ao nível da política interna, foi autorizado o regresso do exílio de algumas figuras importantes, com destaque para Mário Soares e para D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto. Foi autorizada a realização, em Aveiro, do III Congresso Republicano, que reuniu figuras da oposição ao regime. Foram aliviadas algumas restrições à atividade sindical. A censura, um pouco menos vigilante, passou a designar-se Exame Prévio.

A polícia política, PIDE, privada de alguns dos seus poderes, tornou-se Direção-Geral de Segurança (DGS). A União Nacional, “partido” do regime e único autorizado, transformou-se, em 1970, em Ação Nacional Popular e permitiu o surgimento da Ala Liberal,

constituída por figuras com opiniões divergentes e vontade reformista, onde se destacaram nomes como Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Mota Amaral.

Em jeito de conclusão, o governo de Marcello Caetano procurou projetar uma imagem mais aberta e recetiva às ideias reformistas, mas essas mudanças foram consideradas superficiais e claramente insuficientes para atender à exigência de uma verdadeira democratização do regime. Apesar dos esforços, as mudanças foram poucas, e, por isso, a oposição ao regime continuou a crescer e as tensões a aumentar, em especial devido à Guerra Colonial. Marcello Caetano recusava a via das negociações e a concessão de independência às colónias, perdão, províncias ultramarinas, porque, assim, Portugal “não era um país pequeno”. Todavia, assumimos dizê-lo, Portugal tornou-se verdadeiramente grande quando, no dia 25 de abril de 1974, reabriu as suas janelas ao mundo e deu liberdade ao sonho de um país melhor.

Os estudantes e o Estado Novo

Matilde Camões Neves
(8.º A/Clube de Informação e Jornalismo)

O tema é superinteressante e mesmo desafiante. Mas, antes da abordagem do mesmo, importa tecer algumas considerações gerais, porque, quando se fala em estudantes, pensa-se logo naqueles *miúdos* que só fazem asneiras e não se preocupam com nada. Há até quem lhes chame, de modo depreciativo, cidadãos da geração rasca, ou geração à rasca, mas, estão errados, porque os estudantes (os jovens de um modo geral) também se preocupam com os acontecimentos mais marcantes da sociedade, nas mais diversas perspetivas: social, política, económica, cultural, religiosa, climática, ambiental...

Sabemos que, hoje em dia, os alunos têm mais direitos e mais maneiras de perceber a realidade e de tentar influenciá-la, especialmente nos domínios em que consideram que as coisas não são geridas da melhor forma, com um impacto negativo no futuro, mas isso não quer dizer que há alguns anos, durante o Estado Novo, os estudantes não tenham tentado reivindicar os seus direitos. Vejamos, por exemplo,

alguns dos aspetos mais relevantes das crises académicas de 1962 e 1969:

Crise académica de 1962

Em 1962, março, a cidade universitária de Lisboa foi o palco do despertar da contestação juvenil contra o regime de António de Oliveira Salazar. Os alunos universitários manifestaram-se contra a decisão do ministro Lopes de Almeida (António Lopes de Almeida, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi ministro da Educação Nacional entre 4 de maio de 1961 e 4 de dezembro de 1962) de proibir a comemoração do dia do estudante.

A contestação começou no dia 24 de março de 62, com a proibição da comemoração do dia do estudante, mas prolongou-se no tempo, com uma sucessão de outras ocorrências, nomeadamente a do dia 26 de março, em que os estudantes de todas as escolas superiores de Lisboa declararam luto académico, com uma greve geral às aulas; a do dia 9 de maio, em que uma

reunião de estudantes aprovou uma greve de fome coletiva; a do dia 11 de maio, com a cantina universitária a ser cercada pela polícia de choque, registando-se a detenção de centenas de alunos (terá sido a maior operação policial realizada pelo Estado Novo); a do dia 14 de maio, em que após uma enorme onda de indignação todos os estudantes detidos foram libertados; a de 14 de junho, que ditou o levantamento da greve; a de final de junho, onde um despacho ministerial puniu 21 grevistas com uma pena de expulsão, durante 30 meses, de todas as escolas de Lisboa.

Crise académica de 1969

A crise teve início no dia 17 de abril de 1969, durante a cerimónia de inauguração do edifício das Matemáticas, quando os estudantes quiseram intervir mas não lhes foi dada a palavra. Alberto Martins, então presidente da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC), levantou-se para pedir a palavra em nome dos estudantes, mas, na mesa de honra,

o presidente da República, almirante Américo Tomás, deu a palavra ao ministro das Obras Públicas, que depois encerrou a sessão sem que Alberto Martins pudesse falar. A comitiva foi vaiada pela multidão de estudantes, que decidiu fazer a sua própria inauguração após a retirada das autoridades. Nessa mesma noite, Alberto Martins é preso. A 22 de abril, alguns dos principais dirigentes estudantis foram informados da sua suspensão da Universidade. Logo nesse dia, uma Assembleia Magna decreta luto académico, exortando os estudantes a transformar as aulas em espaços privilegiados de debate sobre a situação que se vivia. A 6 de maio, a Universidade de Coimbra é encerrada por decisão ministerial, sendo todavia mantido o calendário de exames. No dia seguinte, 7 de maio, a Queima das Fitas é anulada. A Direção-Geral da AAC publica então a “Carta à Nação”, numa clara estratégia de abertura do movimento ao exterior, fazendo vincar a ideia que “a nossa luta só poderá fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade

Nova num Portugal Novo”.

Na atualidade

Hoje, os estudantes ainda se preocupam e lutam pela resolução de problemas tanto na educação como no mundo. Estes exemplos de crise mostram que nós, os estudantes, somos capazes de lutar

pelos nossos direitos e, não menos importante, pelo bem comum. Portanto, nenhum de nós, jovens, deve desistir de ajudar a construir uma escola melhor, uma educação melhor e um futuro de que possamos orgulhar-nos e deixar como herança válida e sustentada para os nossos filhos e netos. O futuro começa aqui e agora.



Membros do governo inauguram sala universitária, Alberto Martins entra no local e diz: "em nome dos estudantes de Coimbra peço a palavra". Não lhe deram a palavra.
© Fotógrafos-Amadores da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra

Portugueses a salto

Laura Pinho

(Assistente Operacional / Equipa do Jornal)

Falar de emigração é falar da saída de milhares de portugueses à procura de melhores condições de vida.

Entre os anos 60 e 70, do século passado, foi grande a saída de portugueses para países da Europa, principalmente França, mas também Alemanha, embora para aqui em menor número. Portugal vivia num regime de ditadura (42 anos sob a supervisão autoritária de Salazar, primeiro, e de Marcello Caetano, depois), onde o serviço militar era obrigatório para todos os mancebos (rapazes) a partir dos 18 anos. A guerra nas colónias (Guerra Colonial), como Angola, estava ao rubro e, consequentemente, estes jovens eram mandados para este conflito, o que originava sucessivas tentativas de fuga a este atroz destino. Havia outras causas, tais como, os salários baixos, a falta de emprego e as precárias condições de vida da maioria da população portuguesa. O grosso da população trabalhava no campo e, por norma, só o marido trabalhava fora de casa para sustentar a família, de prole

numerosa (muitos filhos) e a exigir até à exaustão a dedicação da esposa às tarefas domésticas. A baixa escolaridade era também um fator muito importante, pois muitos dos filhos em idade escolar não frequentavam a escola ou abandonavam-na para cuidar dos irmãos mais novos, para ajudar os pais nas lides do campo ou nas pequenas oficinas ou, ainda, para se tornarem criados de servir na casa de alguém de melhor condição social. Neste contexto, difícil, muitos patriarcas e respetiva prole masculina procuravam além fronteiras o que a sofrida pátria não lhes oferecia.

Importa referir que esta vaga de emigração era maioritariamente clandestina e promoveu o aparecimento de redes que transportavam os portugueses até à fronteira, a troco de dinheiro.

Muitos dos mais de novecentos mil portugueses “a salto” eram enganados pelos “passadores” e não chegavam ao destino (fronteira franco-espanhola de Hendaia, por exemplo), porque, abandonados à sua sorte, acabavam apanhados pelas

autoridades portuguesas ou espanholas e regressavam à força a Portugal. Quem nunca ouviu relatos de atos de violência ou de humilhação a que foram sujeitos estes cidadãos nacionais?...

Os emigrantes que conseguiam alcançar território francês aceitavam empregos e faziam serviços que a população do país não aceitava fazer, muitos dos quais na construção civil, num país ainda a sarar feridas abertas pela II Guerra Mundial. A maior parte do salário era enviado para Portugal, porque era fundamental melhorar a qualidade de vida da família (bens essenciais, primeiro, casa, depois...). No bolso ficava apenas o indispensável para a sobrevivência, muito pouco...

As divisas foram uma das vertentes positivas deste surto (e)migratório, porque houve o lado menos bom, nomeadamente o abrandamento da economia portuguesa em resultado da redução da mão de obra disponível e o envelhecimento da população, principalmente nas regiões do interior do país. Os emigrantes portugueses

trabalhavam até à exaustão e em condições adversas, em que a barreira da língua assumia um papel importante. Era preciso ganhar o máximo, poupar o máximo e regressar à terra natal no mais curto espaço de tempo, no caso dos patriarcas, porque os jovens (a prole) eram forçados a adiar o regresso, face à realidade da guerra no *ultramar português*. Alguns emigrantes “a salto” tiveram histórias felizes e tornaram-se famosos em França, com destaque para a cantora Linda de Suza, que deu voz à conhecida canção “Mala de cartão”, que retrata as condições em que partiam os emigrantes, acompanhados por escassos bens materiais. Linda de Suza (nome artístico para Teolinda Joaquina de Sousa Lança, alentejana de Beringel, em Beja) foi pioneira na emigração das mulheres, porque até então o fenómeno era exclusivo dos homens. A saudade da família e da terra natal marcaram a vida destes cidadãos portugueses e a voz de artistas como Linda de Suza ajudaram a mitigar essa saudade. Atualmente, o fenómeno

migratório já não se faz só com portugueses de menor escolaridade, porque há um número cada vez maior de jovens licenciados a deixar o país. Lamentavelmente, estes jovens qualificados passam as nossas fronteiras, porque não encontram em Portugal resposta para os seus sonhos e essa é uma realidade que urge mudar. Para bem do país.

*Des immigrés portugais en gare
d'Hendaye, en 1965.*
© Rue des Archives1 /1



As mulheres no Estado Novo

Gabrielly Costa e Matilde Oliveira
(9.º C/Clube de Informação e Jornalismo)

O papel da mulher no Estado Novo

Começamos por esclarecer que o Estado Novo foi o regime político de natureza ditatorial, autoritária e corporativista que condicionou o quotidiano português durante 41 anos, desde a aprovação da Constituição Portuguesa de 1933 até ao seu derrube, no dia 25 de abril de 1974.

Durante esses longos e sofridos 41 anos, as mulheres eram tratadas como seres inferiores aos homens. Elas eram donas de casa e cuidavam dos filhos enquanto que eles eram “donos e senhores” do mundo.

Desde pequenas, elas eram treinadas para assumirem cabalmente esse papel de eterna submissão ao poder patriarcal do pai, do irmão e, mais tarde, do marido.

Os seus direitos eram tão limitados que só podiam sair do país acompanhadas ou com a autorização dos pais ou dos maridos.

O único caminho para uma vida de eventual prosperidade era o de um bom casamento, capaz de garantir o sustento da família. A família que

assumia a função de pilar do regime, a par de Deus e da Pátria, e como tal, tinha de se manter unida, estável e forte.

Ser mulher significava, portanto, estar em segundo plano, ou mesmo em terceiro, ter um papel definido pelo homem, geralmente o pai/marido, e obedecer sempre. E essas obrigações passavam das mães para as filhas, numa herança de carácter muito rígido e disciplinador. António de Oliveira Salazar defendia, assim como a maioria dos outros homens, que a mulher deveria cumprir a sua função como dona de casa. E, como não permitia que a ordem social fosse questionada, todos os indícios de feminismo foram silenciados ao longo do regime, até ao dia em que as mentalidades começaram a evoluir, porque a industrialização foi levando a mulher para fora de casa, embora sob a égide de um contrato de trabalho que valia menos do que um contrato nupcial. Todavia, a rigidez do regime não conseguiu silenciar algumas mulheres, que vestiram o papel de resistentes numa luta difícil contra um estatuto injusto e castrador das suas múltiplas capacidades.

As mulheres na Resistência ao Estado Novo

Segundo Maria Alice Samara (historiadora, professora universitária e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa) e Leonor Rosas (ativista estudantil e feminista), no ensaio intitulado “As mulheres na Resistência à ditadura do Estado Novo” (23 de julho de 2021), “*não só de homens se fizeram as fileiras da Resistência. Muitas mulheres lutaram contra o Estado Novo na clandestinidade, nas prisões, em fábricas, nas universidades, nos movimentos sociais, nas cooperativas. Fizeram-no enquanto travavam a batalha contra o que a sociedade lhes impunha, contra um papel de género previamente definido e limitador*”. Ainda segundo as autoras, no referido ensaio: “*no que às mulheres diz respeito, importa pensar como numa sociedade ainda desigual e discriminatória, estas não deixaram de participar. Há, nesse sentido, um processo de construção e de afirmação da sua presença nas dinâmicas políticas e sociais. Muitas delas estiveram lá. Essencialmente a lutar contra o regime,*

Imagem: Mulher do bairro da Barreta, em Olhão; Fotografia Artur Pastor in Mulheres do Meu País, Maria Lamas, 1958

pelo seu fim. Muitas travando também a batalha contra o que a sociedade lhes impunha, contra um papel de género previamente definido e limitador. A mulher podia – e deveria – ter uma atividade e participação além do que se entendia ser o seu papel de mãe e de esposa”.

Neste contexto, parece-nos justo relembrar algumas das mulheres resistentes, pelo seu papel destemido e essencial. E, mais uma vez, recorreremos à preciosa informação disponibilizada pelas autoras: “Chamava-se Esperança (...). Doméstica, foi presa pela polícia política [PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado] em 1935. Presa em Monção. Motivo: injúrias, desobediência e resistência à autoridade. (...) penso nela como todas aquelas mulheres que a nível local (...) se manifestam, fazem ouvir a sua voz. Que não tinham medo, que afrontaram a autoridade, que defenderam o que acharam ser justo. Por isso, a Esperança é a minha primeira resistente”.

Mas houve outras mulheres resistentes, muitas outras, muitas delas anónimas, reais mas sem rosto, como nos contam as referidas autoras: “Dar guarida, numa terra fronteiriça, a um refugiado da Guerra

Civil Espanhola. Tirar da parede da sala de aula os retratos de Salazar e de Carmona. (...) mergulhou na clandestinidade. O que significava cortar laços com a família, com a comunidade, com as sociabilidades anteriores. Mudar de nome. (...) Ela trabalhava no campo. De sol a sol. Ganha menos que os rapazes e do que os homens. Podia chamar-se Catarina. (...)

Começou miúda a trabalhar, ainda de corpo franzino. Não podia ser de outra maneira. A família precisava. Deixou cedo a escola. Esteve na luta pelas oito horas. E as mulheres estiveram em tantas outras lutas nos campos. Já não era nova. E nunca pensava em política. Talvez sempre lhe dissessem que não o deveria fazer. Tratou da casa, tratou do marido, tratou dos filhos, tratou dos netos. E agora usa luto pelo filho que morreu lá longe. (...) Que guerra é esta [Guerra Colonial]? Chora mansinho e sabe que não pode falar da guerra, que nada lhe vale a medalha para o filho que lhe deram.

Do outro lado, o lá longe para a mãe que perdeu o filho, é o lugar de alguém que luta pela libertação e pela emancipação. Também na guerra de libertação existiram destacamentos femininos. Numa notícia do Diário de



Notícias, recuperando a frase de uma guerrilheira: «Quando entrámos na guerra tínhamos dois inimigos: os homens e o colonialismo» (...).

Na cela, incomunicável, a presa política sabe que não pode falar. Está sozinha (...), mas resoluta na sua resistência ao carcereiro e ao torturador.

Inicialmente as mulheres, as que eram presas por razões políticas, iam para a cadeia das Mónicas, onde estavam as presas de delito comum. (...) Nos anos 40 já iam para Caxias. E mesmo na prisão resistia-se, quer a nível individual, quer coletivo.

Cá fora, de fora, também outras mulheres se solidarizavam com os presos e as presas políticas. Também eram advogadas e também iam aos tribunais para o que, na realidade, eram julgamentos farsa.

(...) As famílias organizavam-se e solidarizavam-se com os presos. A

mulher prepara a comida para levar. A mesma que a PIDE [a partir de 1945, em substituição da PVDE] vai esfrangalhar. O marido preso e toda a vida para organizar cá fora. Mas sempre, sempre, não deixar de ir a Peniche. Neste caso é a Peniche, mas tantas outras mulheres vão a inúmeras cadeias para presos políticos. E os filhos. E as crianças. Estar com a mãe na cela pequena. Sim, porque algumas crianças estiveram presas. Como podia uma menina estar presa? E outras viam os pais através dos obstáculos do parlatório.

(...) Os sindicatos também eram lugares de luta. (...) Mas também nas fábricas, também nas greves. Todas as mulheres (...) estiveram, de uma forma ou de outra, nas lutas do mundo do trabalho. (...) Foram menos do que os homens? (...) Talvez a história vocacionada para os protagonistas as oculte..."

Apresentados os vários exemplos, não restam dúvidas de que as mulheres, apesar de todos os condicionalismo ditados pela sua condição feminina, tiveram um papel ativo e muito importante no processo de resistência ao Estado Novo e no derrube do mesmo, no dia 25 de abril de 1974, contribuindo para o início de um

tempo novo, onde a procura de uma verdadeira paridade se transformou num objetivo essencial. Muitos passos foram dados. Muitas conquistas foram alcançadas. Mas ainda há um importante caminho a percorrer e cabe-nos a todas nós, meninas e futuras mulheres, olhar corajosamente em frente e apontar esse caminho.

*Imagem: Autor desconhecido,
Domínio público*



Diário de Escritas

Textos escritos na sequência da atividade “Abril em rap”

“Paz e Liberdade” - 8.ºA

Refrão:
Porque unidos
Jamais seremos vencidos!
Lutámos por um futuro melhor
E conseguimos! (2X TODOS)
Paz e Liberdade!

(Inês Ferreira, Aléxia, Manuela,
Afonso Cabral, Duarte, Tiago)
A PIDE lado a lado
Com o Salazar
Foi o nosso passado
É preciso lembrar!

Nunca sabíamos
Quem estava entre nós,
E quem sofria
Eram os nossos avós!

Pessoas inocentes
Estavam na prisão!
Mano, com certeza...
Regime de opressão!

Tanta perseguição
A quem nada fazia
Com manipulação
Ninguém aprendia!

Entre-linhas
Era o código português
Sobrevivendo...
Cada um por sua vez!

A ditadura
Não ajudava ninguém.
E quem a contestava
Virava um refém!

Mas Portugal
Mudaria de cena...
“E depois do Adeus”...
"Grândola, Vila Morena"!

Lembremos
Quem protegeu o país!
Para trazer ao povo
Um mundo mais feliz!

Refrão:
Porque unidos
Jamais seremos vencidos!
Lutámos por um futuro melhor
E conseguimos! (2X TODOS)
Paz e Liberdade!

(André, Diana, Maria Antónia,
João Nunes, João Rodrigues,
Diogo, Cláudio Santos)
A 25 de Abril
Não fomos vencidos
Lutámos pelo país
E , mano, conseguimos!

Liberdade instalada
E na rua, o povo!
Cravo na espingarda
"Acabou o Estado Novo!"

Agora já falamos
Também votamos!
De bicicleta andamos
E em frente vamos!

Também dormitamos
Num banco de jardim
A família abraçamos...
União até ao fim!

Em 74
Tudo mudou!
A rádio foi o sinal
E a paz voltou!

Devemos agradecer
Pela Liberdade
E alegria ter
Por toda a eternidade!

Refrão:
Porque unidos
Jamais seremos vencidos!
Lutámos por um futuro melhor
E conseguimos! (2X TODOS)
Paz e Liberdade!

“A Revolução dos Cravos!” - 8.ºB

Refrão:
Em 74 fomos batalhar
Para a Liberdade conquistar! (1X TODOS)
O povo conseguiu despertar
E hoje podemos celebrar!

Tempos sombrios
Repressão reinava
Portugal aguentava
Mas só um falava!

Havia guerra,
Luta e medo no geral!
Censura, tortura
E morte, no final!

Tanta crueldade
E o povo em revolta
Faltava liberdade
Pois alguém fechou a porta!

Poucos na escola
Podiam andar!
E as crianças...
No duro, a trabalhar!

Mano, “agonia”
Era a palavra do dia
Hoje com um amigo
Amanhã já não o via!

Um dia, Salazar
Da cadeira caiu
E foi Caetano
Quem o substituiu!

Sempre tristes
Em sofrimento (2X)
Mudáramos o regime
A qualquer momento!

Refrão:
Em 74 fomos batalhar
Para a Liberdade conquistar! (2X TODOS)
O povo conseguiu despertar
E hoje podemos celebrar!

De espingarda na mão
E o coração a mil
Mal os soldados ouviram
As senhas de Abril!

"E depois do Adeus"
"Grândola, Vila Morena"
Afinal, o povo
É quem mais ordena!"

Fim da ditadura
Liberdade alcançada!
Saímos à rua
Abriu-se uma estrada!

Cada um tem estilo
Somos diferentes
Colhemos os frutos
E plantamos sementes!

Estamos no bar
Todos juntos a falar,
Sem medo que alguém
Nos possa levar!

Há 50 anos...
Celebramos liberdade!
Em paz, e em família,
E só felicidade!

Foram os soldados
E o povo no geral
Os que lutaram e
Libertaram Portugal!

Todos aqui
Com um sorriso no rosto
Finalmente vemos (2X)
Portugal recomposto!

“Gritámos “Vitória”!” - 8.ºC

Refrão:

Em 74, gritámos “Vitória”!
Obrigado, soldados (2XTODOS)
Mudaram a história!
E trouxeram glória!

Salazar a comandar,
Ninguém se podia expressar.
Triste povo, a chorar,
Mano, e a guerra a começar!

Soldados a combater
Iam para as colónias matar!
Tantos para lá morrer,
E outros, traumatizados, voltar!

Não faltava a tortura!
Borracha era a censura!
Salazar mantinha a postura,
Mas só assim...com loucura!

Coca-cola proibida
Ler certos livros também.
Assim era o dia-a-dia
De um país refém!

A PIDE instalou o medo
Portugal virou o caos...
Vivíamos em segredo
Sem distinguir os bons dos maus!

Refrão:

Em 74, gritámos “Vitória”!
Obrigado, soldados (2XTODOS)
Mudaram a história!
E trouxeram glória!

A 25 de Abril
No Largo do Carmo
Soldados no poder...
E Caetano derrotado!

Com esta conquista
A nossa escola é mista!
A mulher pode trabalhar
E ter sonhos em vista!

Já podemos votar
Sem precisar de hesitar!
O amor podemos mostrar
E com ele acabar!

Vestimos o que queremos
Já nada tememos!
Em paz, nós vivemos...
E, na escola, crescemos!

Refrão:

Em 74, gritámos “Vitória”!
Obrigado, soldados (2XTODOS)
Mudaram a história!
E trouxeram glória!

“Não voltemos atrás!” - 8.ºD

Refrão:
A coragem é necessária
Para um futuro podermos ter!
Se dissermos o contrário (2X TODOS)
Não fazemos acontecer!

Não fazemos acontecer! (1X TODOS)

(Matias, Afonso, Leonor,
Sousa, Ayron)
No tempo de Salazar
Havia fome e medo.
Não podíamos falar
Guardávamos segredo!

Só havia um partido
Para se votar...
E uma polícia política
Para intimidar!

Faltava liberdade
A mulher era escrava!
Felicidade? Não!
Salazar governava!

Guerra colonial...
Tantos matou!
Jovens a combater
O ditador obrigou!

E o lápis azul?
Esse não perdoava...
A torto e a direito
Riscava, censurava!

Pessoas inocentes
Foram perseguidas,
E as escolas, imagina,Ê
Eram dívidas!

Refrão:
A coragem é necessária
Para um futuro podermos ter!
Se dissermos o contrário (2X TODOS)
Não fazemos acontecer!

Não fazemos acontecer! (1X TODOS)

(Salvador, Inês, Tiago,
Teresa, Samuel)
Os capitães de Abril
Revoltaram-se um dia...
E com cravos nas espingardas
Devolveram-nos alegria!

Em 74
Começou um novo trato.
A Democracia vingou,
Mano, isso é um facto!

Com o 25 de Abril
O país despertou!
Sobreviveu,
Ganhou asas, e voou!

Quem estava emigrado
Voltou para Portugal.
Povo emocionado!
Isto é história nacional!

Conquistámos a paz
Não voltemos atrás!
Vencemos, pois o povo
De tudo é capaz!

Liberdade de pensar,
De escrever e dizer.
Hoje fica no passado
Quem nos fez sofrer!

Refrão:
A coragem é necessária
Para um futuro podermos ter!
Se dissermos o contrário (2X TODOS)
Não fazemos acontecer!

Não fazemos acontecer! (1X TODOS)

Proibido, mas... Li e recomendo...

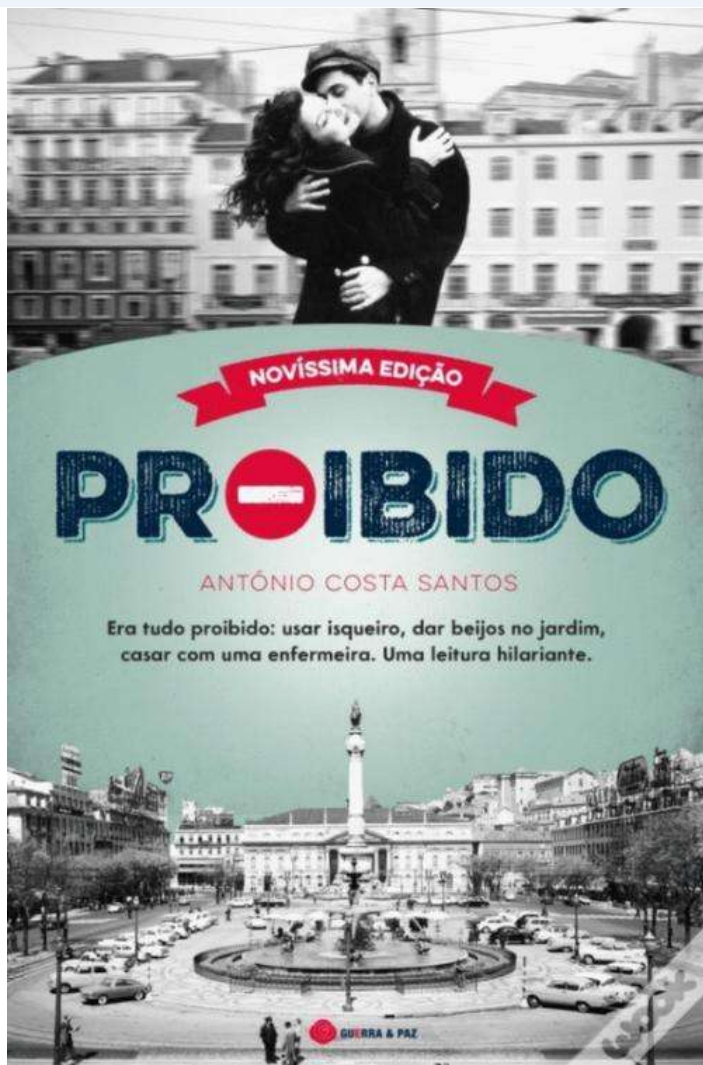
Letícia Villar (9.º B/Clube de Informação e Jornalismo)

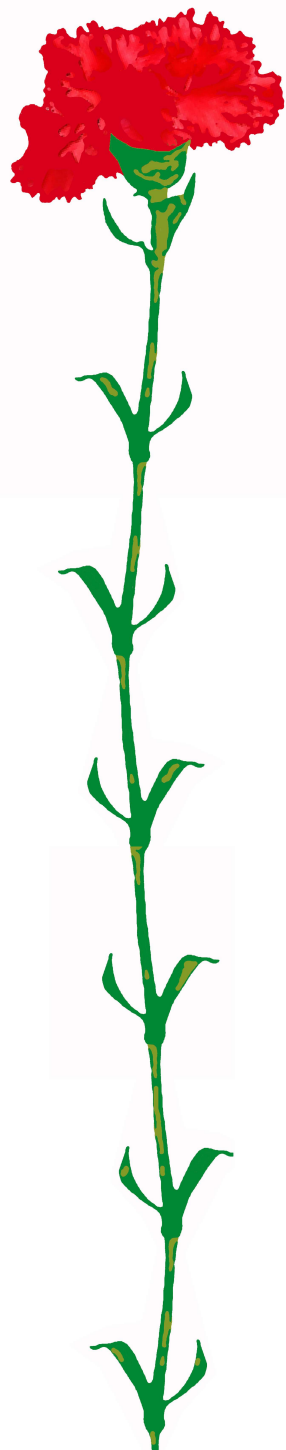
Este livro conta a história de todas as coisas que eram proibidas durante o Estado Novo, como por exemplo, usar um isqueiro sem licença fiscal.

Sim, é tão absurdo quanto soa! Também não era permitido o contacto físico entre namorados e qualquer coisa mais próxima do que mãos dadas podia dar direito a multa.

Pois é, nem um beijinho na bochecha escapava. Era proibido! Estes são apenas dois exemplos, curiosos. Mas recomendo que não percam a perspetiva do autor do livro, o jornalista António Costa Santos, porque dá-nos um retrato do quotidiano dos portugueses antes do dia 25 de Abril de 1974, através de uma leitura hilariante e informativa sobre um dos períodos mais conturbados da nossa memória coletiva, da nossa história: o Estado Novo.

Proibido!
de António Costa Santos
editor: Editora Guerra & Paz,
setembro de 2009





25 50 abril anos 1974 2024

25 de Abril de 1974,
“cantado”, contado e
ilustrado

Este artigo, pensado com o objetivo de descrever os momentos mais importantes do 25 de Abril de 1974, para que todos os leitores, quase todos nascidos depois da “Revolução dos Cravos”, possam “viver”, o mais intensamente possível, este memorável dia, cinquenta anos depois.

Ao folhear o nosso jornal, os leitores vão encontrar a letra da canção que serviu de “rastilho” para o desenrolar do processo revolucionário, o conteúdo mais relevante dos sucessivos comunicados emitidos pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e, ainda, uma breve história do cravo de abril, o cravo da revolução.

O 25 de Abril de 1974 foi um movimento revolucionário promovido por militares portugueses, com particular destaque para os “capitães de abril”, desde cedo apoiado

pelo envolvimento da população, que teve um reduzido número de vítimas – em jeito de homenagem nomeamos Fernando Giesteira, José Barneto, Fernando Reis e José Arruda, quatro cidadãos baleados, na tarde do dia 25 de abril de 1974, por acossados agentes da PIDE/DGS – e permitiu escancarar uma janela de esperança de um Portugal com futuro, pela implementação de uma clara política de descolonização, democratização e desenvolvimento,

Passos para a liberdade

As canções desempenharam um papel essencial na preparação do movimento de democratização de Portugal e autores como Zeca Afonso, José Mário Branco, Paulo de Carvalho, Sérgio Godinho, Fausto, Manuel Freire, Fernando Tordo, Francisco Fanhais, Adriano Correia de Oliveira e tantos outros encarregaram-se de fazer chegar a sua voz aos cantos mais recônditos do país e não só,



transformando a canção num importante veículo de denúncia, protesto e exaltação dos valores da liberdade, da democracia, da paz.

Apresentamos, então, as letras das canções que marcaram a grande jornada de Abril de 1974: “E Depois do Adeus” e “Grândola, Vila Morena”.

22h55 do dia 24 de abril de 1974

“Faltam cinco minutos para as 23 horas, convosco Paulo de Carvalho com o Eurofestival de 74: ‘E Depois do Adeus’”.

Foi com estas palavras que o jornalista João Paulo Diniz, no esvaecer do dia e aos microfones dos Emissores Associados de Lisboa, deu a primeira senha para o Movimento das Forças Armadas (MFA).

A canção, da autoria de José Niza e de José Calvário e interpretada por Paulo de Carvalho, foi escolhida por ter sido vencedora do Festival RTP da Canção de 1974, e assim seria mais fácil passar despercebida aos ouvidos dos censores. Segundo João Paulo

Diniz, quando o assunto foi tratado, com Otelo Saraiva de Carvalho, três dias antes da revolução, dia 22 de abril: “Perguntei o que poderia acontecer se as coisas não corressem bem. E Otelo explicou-me que, se corresse mal, ele e outros camaradas de armas iriam presos para a Trafaria. E eu, como civil, iria preso para Caxias... (...)

Quando transmiti a canção senti que valia a pena acreditar num País melhor, sem guerras e em paz.” Correu bem. Muito bem. E valeu a pena!

Clube de Informação e Jornalismo

“E Depois do Adeus”

Quis saber quem sou
O que faço aqui
Quem me abandonou
De quem me esqueci
Perguntei por mim
Quis saber de nós
Mas o mar
Não me traz
Tua voz.

Em silêncio, amor
Em tristeza e fim

Eu te sinto, em flor
Eu te sofro, em mim
Eu te lembro, assim
Partir é morrer
Como amar
É ganhar
E perder

Tu vieste em flor
Eu te desfolhei
Tu te deste em amor
Eu nada te dei
Em teu corpo, amor
Eu adormeci
Morri nele
E ao morrer
Renasci

E depois do amor
E depois de nós
O dizer adeus
O ficarmos sós
Teu lugar a mais
Tua ausência em mim
Tua paz
Que perdi
Minha dor que aprendi
De novo vieste em flor
Te desfolhei...

E depois do amor
E depois de nós
O adeus
O ficarmos sós



00h20 do dia 25 de abril de 1974

“Grândola, vila morena/ Terra da fraternidade/O povo é quem mais ordena/Dentro de ti, ó cidade...”, depois de proferir estas palavras, Leite de Vasconcelos, locutor da emissão do programa “Limite”, da Rádio Renascença, põe no ar o “Grândola, Vila Morena”, de Zeca Afonso. A canção funcionava, assim, como a contra-senha, sinal para se avançar para a execução da operação “Fim Regime”. Pela primeira vez, os contactos vão deixar de ser feitos clandestinamente. A revolução está em marcha. A liberdade estava ao alcance de uma esplendorosa madrugada...

Clube de Informação e Jornalismo

“Grândola, vila morena”

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade

Dentro de ti, ó cidade
O povo é quem mais ordena
Terra da fraternidade
Grândola, vila morena

Em cada esquina um amigo
Em cada rosto igualdade
Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
Terra da fraternidade
Grândola, vila morena
Em cada rosto igualdade
O povo é quem mais ordena
À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade
Jurei ter por companheira
Grândola a tua vontade
Grândola a tua vontade

Jurei ter por companheira
À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade

Cronologia do dia 25 de abril de 1974

04h30 - O jornalista Joaquim Furtado, aos microfones do Rádio Clube Português, cujo estúdio tinha sido invadido por oito militares, teve a honra e o privilégio de ler o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas: “Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a



mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua “acorrência” aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária.”

06h00 - Os militares da Escola Prática de Cavalaria cercam os ministérios, a Câmara Municipal de Lisboa, os acessos ao Governo Civil, o Banco de Portugal, a Rádio Marconi e outros pontos estratégicos da baixa da capital, isolando a zona. Através da rede rádio, Salgueiro Maia informa o Posto de Comando sobre a ocupação do Terreiro do Paço e o controlo Banco de Portugal e da Rádio Marconi.

06h45 - O Posto de Comando da Pontinha toma conhecimento que Marcello Caetano se encontra refugiado no Quartel do Carmo, local onde funciona o Comando Geral da GNR.

07h00 - No Terreiro do Paço, os oficiais da Polícia Militar põem-se às ordens do capitão Salgueiro Maia.

08h15 - Uma força da GNR faz uma tentativa para envolver os militares da Escola Prática de Cavalaria, no Terreiro do Paço, mas, após uma conversa do respetivo comandante com Salgueiro Maia, abandona o local, por volta das 08h20.

08h30 - Chega ao Terreiro do Paço uma força da PSP, vinda de Santa Apolónia, mas também não faz qualquer tentativa de entrar em confronto com as tropas de Salgueiro Maia.

09h00 - A fragata “Gago Coutinho”, deslocada, por ordem do Governo, para a zona em frente ao Terreiro do Paço, inicia manobras, mas não toma qualquer outra atitude.

09h40 - Fogem pelas traseiras do Ministério do Exército, através de um buraco na parede, os ministros da Defesa, da Informação e Turismo, do Exército, da Marinha, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o governador militar de Lisboa, o subsecretário de Estado do Exército e o almirante Henrique Tenreiro. Instalam-se de seguida no Regimento de Lanceiros 2, que passa a servir de Posto de Comando das

tropas leais ao Governo.

11h30 - Salgueiro Maia recebe ordens do Posto de Comando da Pontinha para avançar para o Quartel do Carmo, onde se encontram Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministros, e também o ministro dos Negócios Estrangeiros e o ministro da Informação e Turismo.

11h45 - Os militares da Escola Prática de Cavalaria avançam para o Largo do Carmo.

02h15 - Envolvida por uma enorme multidão, em festa, a coluna militar da Escola Prática de Cavalaria sobe o Chiado, pela Rua do Carmo.

12h30 - Os homens comandados pelo capitão Salgueiro Maia cercam o Quartel do Carmo. O posto de comando da Pontinha pede a Salgueiro Maia que derrube a porta de armas com um blindado ou com tiros de metralhadora, visando acelerar a rendição de Marcello Caetano.

12h45 - A população de Lisboa distribui comida, leite e cigarros



pelos militares presentes no Largo do Carmo.

13h00 - Nova tentativa falhada de cercar os militares de Salgueiro Maia por parte de forças fiéis ao Governo.

13h30 - O Largo do Carmo é sobrevoado por um helicóptero, o que provoca uma grande ansiedade entre militares e civis.

13h45 - Salgueiro Maia, através de um megafone, faz o primeiro ultimato aos ocupantes do Quartel do Carmo: “têm até às 14h00 para se renderem”.

15h00 - Salgueiro Maia recebe uma ordem escrita assinada pelo major Otelio Saraiva de Carvalho, onde lhe é exigido que, através do megafone, faça um novo ultimato no sentido de rendição dos ocupantes do Quartel do Carmo, e proceda à destruição dos portões com uma autometralhadora, “para verem que é a sério!”.

15h15 - Recorrendo ao megafone, Salgueiro Maia informa os ocupantes do Quartel do Carmo que têm dez minutos para se renderem ou

mandará abrir fogo.

15h30 - Salgueiro Maia dá ordens para ser feita uma rajada da torre da autometralhadora Chaimite “Bula”.

15h45 - Abre-se o portão do Quartel do Carmo e o major Belício Velasco sai para falar com Salgueiro Maia.

16h00 - Salgueiro Maia pede ao coronel Abrantes da Silva para entrar no Quartel do Carmo e dialogar com os sitiados.

16h15 - Salgueiro Maia dá ordens para instalar homens no cimo das varandas do edifício da companhia de Seguros Império e fazer fogo sobre a fronteira do Carmo, com armas automáticas G-3.

16h25 - Acossados no interior da sua sede, na Rua António Maria Cardoso, elementos da PIDE/DGS abrem fogo sobre a multidão, fazendo quatro mortos – lembramos mais uma vez as vítimas mortais: Fernando Giesteira, José Barneto, Fernando Reis e José Arruda – e vários feridos.

16h30 - O capitão Salgueiro Maia autoriza a entrada no Quartel do Carmo de dois mensageiros do general António de Spínola para dialogarem com Marcello Caetano.

17h00 - Salgueiro Maia entra no Quartel do Carmo e é conduzido até Marcello Caetano. Após questionar sobre quem está por detrás do golpe e qual o destino que os revolucionários pretendem dar às colónias, Marcello Caetano informa Salgueiro Maia que aceita abandonar o poder e pede que o mesmo seja entregue a um oficial-general – a António de Spínola.

17h15 - No Largo do Carmo, a multidão eufórica canta o hino nacional, enquanto Salgueiro Maia abandona o interior do Quartel do Carmo. Entretanto, António de Spínola é mandatado pelo Movimento a ir ao Carmo receber o poder de Marcello Caetano.

17h45 - O general António de Spínola chega ao Largo do Carmo,

18h00 - António Spínola, acompanhado por Salgueiro Maia, entra no Quartel do Carmo para dialogar com Marcello Caetano.



18h15 - António de Spínola, num encontro a sós com Marcello Caetano, informa-o dos procedimentos que serão adotados para a sua retirada do local e posterior evacuação para a Madeira. Entretanto, Salgueiro Maia pede, através de um megafone, que a população abandone o Largo do Carmo de forma a garantir a saída em segurança do presidente do Conselho de Ministros e dos seus ministros, mas o apelo é ignorado.

18h25 - Salgueiro Maia ordena que os seus soldados façam um cordão para que seja possível retirar Marcello do interior do quartel.

18h30 - Entra no Quartel do Carmo, de marcha-atrás, a autometralhadora “Chaimite”, de nome “Bula”, para retirar e transportar os membros do Governo para o Posto de Comando do MFA, na Pontinha.

19h30 - O capitão Salgueiro Maia levanta o cerco ao Quartel do Carmo e segue com o general Spínola para o Posto de Comando da Pontinha.

20h00 - A coluna da Escola Prática de Cavalaria, transportando Marcello

Caetano, sobe a Avenida da Liberdade, no meio de uma enorme multidão exultante, que dificulta a passagem.

20h30 - A coluna atinge o Campo Grande, sempre no meio de contínuas manifestações populares.

21h00 - A coluna da Escola Prática de Cavalaria que transporta os membros do Governo chega ao Regimento de Engenharia, na Pontinha, que funciona como Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas.

21h30 - A coluna militar instala-se no Colégio Militar, para saborear uma refeição quente de almôndegas com massa.

Os grandes passos da grande jornada estavam, para já, concluídos e com sucesso. Viva este Abril dos capitães e soldados anónimos, do povo unido em euforia, dos cravos vermelhos da Celeste que calaram as espingardas, cantaram o armistício da guerra sem sentido e fizeram florescer Portugal em liberdade. Parafraseando o escritor e poeta José Gomes Ferreira (Ferreira,

José Gomes, Poeta militante III - viagem do século vinte em mim, 1993): “Manhãzinha cedo (...), ligo o rádio e ouço: «Aqui, o Movimento das Forças Armadas, que resolveu libertar a Nação das forças que há muito a dominavam. Viva Portugal!» (...) Sinto os olhos a desfazerem-se em lágrimas. Ainda assisti à morte deste maldito meio século de opressão. (...) Abro a janela e apetece-me berrar: acabou-se! (...) A televisão mostrou-me um dos mais belos momentos da História deste Povo: a saída dos presos políticos de Caxias. (...) E o telefone toca, toca, toca... Juntámos as vozes na mesma alegria. Só é pena que os mortos pela PIDE não nos possam também telefonar. Saio de casa. E uma rapariga que não conheço, que nunca vi na vida, agarra-se a mim aos beijos. Revolução.”

(Cronologia dos factos adaptada de: <https://acervo.publico.pt/25abril/as-linhas-da-liberdade> - 2024)



Quem foi Celeste Caeiro, a mulher que deu cravos ao 25 de Abril?

Se não fosse Celeste Caeiro, hoje os cravos não seriam o símbolo deste dia

Para Celeste Caeiro, o dia 25 de abril de 1974 seria mais uma quinta-feira de trabalho. Na altura, tinha 40 anos e era empregada de mesa no restaurante Franjinhãs, na rua Braancamp, junto ao Marquês de Pombal.

Naquele dia, o restaurante comemorava o seu primeiro aniversário e, por isso, tinham sido comprados molhos de cravos para oferecer aos clientes.

Só que Celeste Caeiro nem entrou ao serviço, nessa manhã. Quando chegou ao restaurante, encontrou a porta fechada e recebeu ordens do patrão para ir para casa, pois estava em marcha uma revolução e que podia levar as flores para casa para que não murchassem.

E assim foi.

Celeste Caeiro pegou no molho de cravos e foi para casa. Depois de uma viagem de metro, desceu no Rossio e caminhou até ao Chiado, onde morava.

Na rua do Carmo, cruzou-se com um grupo de soldados em cima de um tanque.

Um dos soldados pediu-lhe um cigarro, mas Celeste Caeiro não tinha, porque não fumava. A única coisa que lhe poderia oferecer era uma das flores do ramo que levava nos braços.

O soldado aceitou a oferta e colocou esse cravo no cano da sua espingarda.

Os colegas replicaram o gesto e, horas mais tarde, as floristas da Baixa empenhavam-se na tarefa de distribuir cravos por todos os soldados, longe de imaginarem que estavam a contribuir com um gesto que ia ficar para sempre na história.

in:
<https://rfm.sapo.pt/atualidade/10082/quem-foi-celeste-caeiro-a-mulher-que-deu-cravos-ao-25-de-abril>
Celeste Caeiro, fotografia jornal EXPRESSO



Abril e o direito ao voto

Inês Ferreira
(8.º A/Clube de Informação e Jornalismo)

O direito ao voto universal e secreto foi uma das mais aplaudidas conquistas de Abril, após quase meio século de ditadura e de usurpação de direitos dos cidadãos.

Inicialmente marcado para 12 de abril de 1975, o ato eleitoral para a Assembleia Constituinte realizou-se um ano depois da revolução levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas e pelo Povo Português, a 25 de abril de 1974. Este foi o primeiro ato eleitoral em que as pessoas de nacionalidade portuguesa, sem discriminação de “raça” ou género, não tiveram qualquer restrição de cariz político para exercerem o seu direito de voto. Ao contrário dos homens, que desde 1945 podiam votar, mesmo sendo analfabetos, as mulheres só tinham acesso às urnas com o equivalente ao curso de liceu (ou seja, o que é hoje a escolaridade obrigatória) ou se fossem “chefes de família” (condição decorrente de viuvez ou de marido ausente). Mas, mesmo “instruídas”, as mulheres perdiam o direito ao voto se fossem casadas com um marido

com capacidade eleitoral.

É preocupante que hoje em dia muita gente não valorize o direito ao voto como a maioria das pessoas antes do 25 de Abril valorizariam, pois nunca viveram num regime político em que o voto não era um direito de todos, um direito reconhecido e valorizado.



A longa fila de portugueses, homens e mulheres, para as primeiras eleições livres

Divulgação de atividades do Agrupamento para a comemoração dos 50 anos de Abril

Os cravos das páginas 20 a 26 são uma criação artística dos alunos ilustradores: Ana Afonso, 8.ºD; Ana Teresa Martins, 8.ºD; Ayrton Mota, 8.ºD; Beatriz Bastos, 8.ºB; Carolina Mortágua, 7.ºC; Diana Silva, 9.ºC; Filipa Coutinho, 8.ºB; Francisca Almeida, 9.ºB; Guilherme Gomes, 9.ºB; Guilherme Oliveira, 7.ºC; Gustavo Seixas, 9.ºB; Henrique Lopes, 8.ºB; Inês Sarmento, 9.ºB; Joana Branco, 9.ºC; Joana Lima, 9.ºC; Joana Oliveira, 7.ºC; João Tavares, 7.ºC; Johnny Costa, 7.ºC; Leonardo Fontoura, 9.ºB; Leonor Castro, 7.ºC; Letícia Villar, 9.ºB; Lisandro Duarte, 7.ºC; Madalena Nascimento, 9.ºB; Manuel Carneiro, 9.ºC; Manuel Paz Alves, 8.ºB; Margarida Faria, 7.ºC; Margarida Tavares, 8.ºB; Mariana Gusmão, 7.ºC; Martim Henriques, 7.ºC; Mateus Sousa, 8.ºB; Matias Serra, 8.ºD; Matilde Oliveira, 9.ºC; Michael Hurtado, 8.ºD; Nuno Silva, 9.ºB; Núria Costa, 7.ºC; Rafael Teixeira, 7.ºC; Rodrigo Almeida, 8.ºB; Rodrigo Sousa, 8.ºD; Rute Faria, 7.ºC; Samuel Silva, 8.ºD; Sebastian Sarmiento, 7.ºC; Serena Pereira, 8.ºD; Simão Bastos, 8.ºB; Vera Serrano, 9.ºB; Yara Pinho, 7.ºC.

A Cruzada das Crianças

Dora Gomes
(Coordenadora do Clube de Teatro)

No âmbito do projeto “Dar Voz aos Alunos”, o Clube de Teatro do AEBranca levou ao palco, no final do primeiro semestre, uma adaptação da obra “A Cruzada das Crianças” de Afonso Cruz. Esta foi uma oportunidade para levar a cabo uma reflexão acerca do direito à liberdade de expressão e do dever que todos temos de exercer, com responsabilidade, esse mesmo direito.

Nesta mesma linha de pensamento e para consciencializar os mais novos sobre os direitos adquiridos com a Revolução de 74, o Clube de Teatro, em parceria com os alunos do primeiro ciclo da Escola Básica de Albergaria-a-Nova e com a sua professora, Dra. Filomena Freitas, Coordenadora, a nível do Agrupamento, do projeto de Educação para a Cidadania, irá encenar, no dia 29 de maio, a peça “Da Revolução dos Brócolos à Revolução dos Cravos”, convidando todos a (re)visitar Abril.



Abril em Rap

João Nina (Rapper)

Os alunos do 8.º ano, juntamente com o rapper Nina, desenvolveram uma atividade de escrita criativa, em parceria com a Biblioteca Escolar, que culminou na elaboração de uma letra para uma canção de rap, apresentada ao público no espetáculo realizado, no dia 19 de abril, no Cineteatro Alba, Albergaria-a-Velha. Foram várias as sessões de exploração da palavra, de exercício da liberdade de expressão, de aprendizagem e criatividade, sempre com muito ritmo, seriedade, mas também, com boa disposição. Este projeto insere-se na Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e é uma iniciativa da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.



3.º Encontro Nacional de Jovens Jornalistas

Cristina Silva
(Professora Bibliotecária)

Nos dias 9, 10 e 11 de abril, os alunos Gabriel Antão (9.ºA) e Tiago Marques (8.ºA) participaram no 3.º Encontro Nacional de Jovens Jornalistas, que se realizou em Ponte de Lima. Foi uma participação muito especial, mas também de muita responsabilidade, uma vez que, no ano letivo 22/23, o nosso jornal Escrita Irrequieta foi premiado na categoria de melhor jornal de agrupamento, no Concurso Nacional de Jornais Escolares, promovido pelo PÚBLICO na Escola. Os dois alunos foram incumbidos da nobre missão de apresentar, numa pequena palestra, o EI aos jovens jornalistas de todo o país, de forma a que todos percebessem como funciona o trabalho de seleção, redação e publicação deste periódico. Os alunos referiram que “o nosso jornal nasceu no ano letivo de 1995/1996, com o nome Voz Activa, mas em 2008 transformou-se em ESCRITA IRREQUIETA. Apesar dos dois nomes, é um jornal que conta com 29 anos de existência sem interrupções e sempre em formato de papel.”

Muitos foram os curiosos que abordaram os jovens jornalistas do AE de Branca com questões bastante pertinentes sobre como conseguiam ter um jornal naquele formato, quem o imprimia, quem escolhia os temas a abordar, como funcionava o Clube de Informação e Jornalismo, entre outras. As respostas foram sendo dadas de uma forma informal, entre almoços e serões na camarata. Porém, na palestra, o Gabriel contou “Tudo começou, há quase 30 anos, com um pequeno grupo de professores que, com a sua capacidade visionária e motivados para a promoção da escola e dos saberes, para além das fronteiras da sala de aula, decidiram embarcar nesta aventura. Alguns desses professores ainda estão a dar aulas na nossa escola. Mas o jornal já não é o mesmo. Com o contributo de muitos professores e alunos, que, ao longo dos anos, abraçaram o projeto, este foi ganhando uma identidade própria e acompanhando a evolução dos tempos, da sociedade e da visão da escola.” E o Tiago explicou que “Hoje, o jornal ESCRITA

IRREQUIETA tem vindo a desenvolver políticas editoriais que não se focam apenas na divulgação daquilo que se faz no Agrupamento e tem abordado, também, temas de interesse geral e da atualidade, promovendo o processo de escrita jornalística desde, a pesquisa e seleção de informação à elaboração de textos diversos (notícias, reportagens, entrevistas, crónicas), num formato de laboratório de aprendizagens promotor de múltiplos conhecimentos e competências – a escrita, a leitura e o espírito crítico bem como a manifestação artística.” Este ano, o Clube de Informação e Jornalismo tem mais de 16 alunos de turmas diferentes, o que dificulta as reuniões presenciais para decidir e distribuir tarefas, mas as plataformas digitais têm sido uma grande ajuda e os intervalos, muitas vezes, têm servido para fazer reuniões da equipa. Depois, há trabalho autónomo de pesquisa e produção de textos, sempre com o acompanhamento do professor Zé Paulo e dos outros professores, que orientam os

jovens jornalistas e se certificam de que os textos finais que vão para a gráfica não apresentam qualquer falha. A sede do Jornal é a Biblioteca Escolar. Os alunos vieram muito motivados de Ponte de Lima. Garantem que foi uma experiência a repetir, pois fizeram muitos amigos e aprenderam muito.



Dois dedos de conversa com...

José Fanha e Daniel Completo

Gabriel Antão e Tiago Marques
(9.º A e 8.º A/Clube de Informação e Jornalismo)

"A entrevista é a essência do jornalismo (...) e transforma o cidadão comum em líder, dono da palavra, professor, uma pessoa incomum" (Fábio Altman), e, por isso, faz todo o sentido que nós, "fazedores" de notícias aprendizes, continuemos a apostar claramente em dar voz a membros da comunidade e, circunstancialmente, a figuras maiores do País.

Posto isto, este será sempre, portanto, um espaço de diálogo, de troca de ideias, de (re)conhecimento dos atores da Escola, do Agrupamento, da Comunidade e, no caso em concreto, do País.

O tema geral desta edição do jornal centra-se no pós 25 de Abril de 1974, e, tendo em conta a temática, decidimos escolher como interlocutores dois homens que trilham caminhos de intervenção ativa e de cidadania democrática, valores fundamentais da sociedade: José Fanha e Daniel Completo.

José Fanha, natural de Lisboa, onde nasceu no dia 19 de fevereiro de 1951 (73 anos), é arquiteto, poeta, escritor, roteirista, letrista... e um encantador contador de histórias. Daniel Completo, também natural de Lisboa, onde nasceu no dia 3 de

junho de 1964 (59 anos), é licenciado em Educação Musical e integrou durante 15 anos o grupo Ronda dos Quatro Caminhos, referência maior da Música Tradicional Portuguesa.

Para além de trilharem caminhos de intervenção e de cidadania democrática, partilham o gosto pela escrita, particularmente canções infantojovens, que levam a todo os cantos do país.

Esta é uma oportunidade única para todos os conhecermos ainda melhor, assim saibamos conduzir estes dois dedos de conversa...

Escrita Irrequieta – Pintem o vosso autorretrato.

José Fanha – Antes de pintar o meu retrato, respondendo ao vosso desafio, quero dizer que estou muito orgulhoso por terem o melhor jornal de agrupamento do país, o Escrita Irrequieta. Parabéns.

Quanto ao meu retrato... Tenho 73 anos e sou arquiteto de formação. Fiz arquitetura, mas deixei para tornar-me professor de artes. Fiz muitas outras coisas na vida: jornalista desportivo, publicitário, ator de teatro, de televisão e de cinema, escrevi guiões para



programas de rádio, televisão e cinema.

Tenho aquilo a que chamo uma vida feliz!

Daniel Completo – É agora a minha vez... Terei 60 anos no dia 3 de junho e venho da música tradicional portuguesa, do grupo "Ronda dos Quatro Caminhos". Só mais tarde comecei a fazer música para a infância, num trabalho de parceria com autores como Luisa Ducla Soares, José Fanha, José Jorge Letria, Isabela Alçada, Ana Maria Magalhães... Eu e o José Fanha, aqui presente, fizemos muita coisa. Fizemos, por exemplo, este trabalho sobre o Zeca Afonso – "Ailé! Ailé! - Zeca cantado e contado" –, há cerca de cinco anos, e agora estamos aqui a festejar a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Escrita Irrequieta – E têm feito

este projeto em muitas escolas ou esta é a primeira?

José Fanha / Daniel Completo – Nem imaginam quantas! Quando sairmos daqui, vamos já para outra, em Albergaria-a-velha.

Escrita Irrequieta – Um poeta/escritor é um arquiteto da palavra ou um guardador de sonhos?

José Fanha – Eu gosto muito de histórias e vou fazer-vos uma pequena confissão... Eu tenho uma história inventada, mas só sei o princípio. Nas histórias, primeiro inventamos uma ideia e depois vamos juntando peças, para percebermos onde é que as histórias acabam. É tipo um puzzle. A minha história é assim: vocês, todos nós, estamos muitas vezes no telemóvel, a deslizar os polegares, e eu comecei a pensar: e se os dedos saíssem das nossas mãos e fossem por aí a voar, como se fossem as asas de uma andorinha? E se nós chegassemos ali ao espaço exterior, com esta malta toda no telemóvel, e, de repente, os dedos de toda a gente comessem a sair das mãos e se pusessem a voar, a voar? Onde é que vai parar esta história? Não sei! Mas ainda hei de inventar qualquer

coisa para ela e poderá relacionar-se com Abril, com a liberdade de dizer, de agir...

Daniel Completo – Eu não tenho qualquer tipo de dúvida: é as duas coisas. O poeta/escritor é um arquiteto da palavra e um guardador de sonhos, porque procura as melhores palavras, amassa-as com o brilho dos sonhos, para criar arcos-íris onde cada leitor tenta encontrar a sua cor preferida. O José Fanha tem feito este golpe de magia ao longo de toda a sua vida.

Escrita Irrequieta – Qual foi o contributo da avó Berta Emília para o José Fanha poeta/escritor?

José Fanha – Ah, foi muito importante! Eu não vivi propriamente com o meu pai. A minha mãe também tinha uma vida muito complicada. Era professora de música. E a minha avó foi quem me acompanhou na minha infância

e que me levou a querer muito escrever. Porque ela contava com infinita ternura as histórias do meu avô. Que eu não conheci, porque já tinha morrido. E o meu avô tinha sido militar. E cantava ópera. Fazia teatro. E escrevia poesia. E ela, a minha avó, falava assim do marido dela, do meu avô, com extrema ternura. E eu queria ser como aquele avô! E queriam que um dia alguém falasse de mim com a mesma admiração e ternura. E comecei a sonhar em ser escritor. A brincar com as palavras. A oferecê-las ao mundo com o brilho dos meus olhos. E, imaginem, a minha avó Berta Emília tinha muitos livros em casa. E eu queria aprender a ler, para ler todos aqueles livros, para abrir milhares de janelas com eles... Então, ela é, ainda hoje, muito importante para mim. E ainda continuo a gostar de ler e de escrever...



jEscrita Irrequieta – Como é que jovens de 23 e 9 anos anos viveram o dia 25 de Abril? Que memórias guardam desse dia?

José Fanha – É um dos dois dias mais felizes da minha vida. Esse foi um. O outro foi o dia do nascimento do meu filho mais velho. Tenho um filho mais velho e duas filhas adotadas. São todos muito queridos, tal como as minhas duas netas. Uma chama-se Luz. A Luz é a minha luz! E a luz é o que nos mostra o caminho...

Mas, como vivi a revolução...

Primeiro, conhecia os militares, porque sou filho, neto, bisneto... de militares e andei no Colégio Militar, dos 10 aos 17 anos. Portanto, conheço bem alguns dos militares que fizeram o 25 de Abril de 1974.

Depois das músicas “E Depois do Adeus”, pela voz do Paulo de Carvalho, e Grândola, vila morena”, do Zeca Afonso, passaram na rádio, tudo começou, a sério, com a maioria dos lisboetas e dos portugueses ainda a dormir. Depois, o povo acordou e terá pensado como eu: por que razão vou ficar em casa, a ouvir os comunicados do MFA, se a festa é na rua? Se os tipos passam canções do Zeca Afonso têm que ser meus amigos. E, tal como eu, a população

de Lisboa saiu para a rua, em apoteose. E o 25 de Abril tornou-se um movimento popular e não apenas um golpe militar. E só foi possível porque existia abertura por parte dos militares, devido ao seu perfil humanista. O Exército português é diferente da maioria dos exércitos. Do espanhol e do brasileiro, por exemplo. É muito mais sensível. Conheço muitos casos de militares que foram belíssimos músicos, pintores, poetas, dramaturgos... Não foi por acaso que deixaram invadir os canos das G3 com os cravos da Celeste Caeiro. Isso é uma coisa única. O Exército Português, sempre foi diferente. O 25 de Abril de 1974 confirmou essa diferença. E ainda bem.

Daniel Completo – Com quase dez anos... eu estava em casa e deu-se o 25 de abril. Não vivi a revolução como o José Fanha, por exemplo...

Escrita Irrequieta – O poeta José Fanha escreveu, um dia: “Eu sou português/aqui/em terra e fome talhado/feito de barro e carvão/rasgado pelo vento norte/amante certo da morte/no silêncio da agressão/(...) Eu sou português/aqui/o português sem

mestre/mas com jeito./Eu sou português/aqui/e trago o mês de Abril/a voar/dentro do peito”, hoje, volvidos 50 anos após o “grande dia”, sente-se mais próximo do “silêncio da agressão” ou do “Eu sou português/aqui/e trago o mês de Abril/a voar/dentro do peito”? José Fanha – Eu ouvi no outro dia um capitão de Abril dizer uma coisa muito curiosa, mas esperada...

Quando lhe perguntaram se o 25 de Abril se cumpriu, porque as pessoas diziam que Portugal não está bem, ele respondeu que se cumpriu. E eu digo: claro que se cumpriu! Nós já não somos presos por razões políticas. Já não temos a Guerra Colonial. Já podemos votar e escolher quem queremos ver nos órgãos do poder. Já podemos ter opinião. Já não há fome como havia nesse tempo...

Portanto, o 25 de Abril cumpriu-se! Escrita Irrequieta – Sentem que, face ao evoluir da sociedade em Portugal, é preciso recontar o 25 de Abril aos portugueses?

José Fanha / Daniel Completo – Uma das melhores coisas do 25 de Abril é poder abraçar pessoas que não conhecemos de parte nenhuma... Mas, claro que é preciso

recontar o 25 de Abril de 1974 aos portugueses! Principalmente aos jovens. A maioria não tem a noção do que foi o 25 de Abril. Fala-se disso, nomeadamente na escola e nos media, mas não entra, porque 50 anos é muito tempo, sobretudo para quem não viveu a experiência do Estado Novo, da censura, das prisões políticas, da tortura... Nós também tivemos o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, com a famosa frigideira. Nós fomos ver a frigideira, há dois anos atrás. A pressão sobre os presos políticos era imensa, sobretudo a psicológica. Chegavam a estar 60 pessoas na frigideira, a morrer de calor. E havia pessoas que não podiam sentar-se. Ficavam ali a fritar durante dias e dias. Portanto, temos que condenar tais atrocidades e fazer entender às pessoas, especialmente aos jovens, que não podemos deixar repetir exemplos como o Holocausto ou a frigideira do Tarrafal.

Escrita Irrequieta – Como é que as escolas como a nossa podem contribuir para a promoção dos valores de Abril?

José Fanha / Daniel Completo – Olhem, sensibilizando para a

questão dos imigrantes, por exemplo. O Portugal de Abril é uma coisa muito bonita, mas se os imigrantes chegam cá para trabalhar, em trabalhos que os portugueses muitas vezes não estão dispostos a fazer, devemos recebê-los bem. Até porque nós, portugueses, também temos a nossa diáspora e gostamos de ser bem recebidos. Temos que saber ter a grandeza de perceber as diferenças das pessoas que chegam. E, com isso, estamos a cumprir Abril.

Escrita Irrequieta – No ano da comemoração de meio século do 25 de Abril, que mensagem gostariam de deixar aos leitores do jornal Escrita Irrequieta.

José Fanha / Daniel Completo – A existência de um jornal escolar como o vosso, o Escrita Irrequieta, premiado como melhor jornal de agrupamento, é a prova de que Abril se cumpriu e que vocês souberam agarrar, com pleno sucesso, o direito à liberdade de expressão, o direito à opinião. Por isso, parabéns pelo vosso excelente trabalho, pelo vosso sucesso. Continuem a lutar, porque a palavra é uma arma. E até qualquer dia. Escrita Irrequieta – José Fanha e Daniel Completo. O nosso obrigado.



Imagens: Captadas durante o evento com autorização dos intervenientes

Sociedade do futuro

Carolina Gomes
(ex-aluna da escola/Clube de Informação e Jornalismo)

Vivemos tempos muito difíceis e a realidade mostra que a sociedade está a revelar sinais de desagregação. Os valores tidos por universais são cada vez mais ignorados, porque muitos de nós defendemos que os interesses pessoais não podem ser sacrificados em nome do interesse de todos.

E se o presente já evidencia claramente esta perspetiva, a sociedade do futuro, na minha opinião, vai ser muito pior, por vários motivos.

A sociedade do futuro vai ser claramente uma sociedade mais evoluída ao nível da ciência e da tecnologia, mas, pela negativa, também será uma sociedade muito mais impessoal e com muito menos contactos entre as pessoas. Contactos de natureza pessoal e afetiva, claro.

A globalização vai ser cada vez mais uma realidade devido aos acordos entre países e à constante melhoria das telecomunicações e dos meios de transporte, consolidando cada vez mais o perfil de um mundo transformado numa imensa aldeia global. Mas, será que a globalização só nos

proporcionará vantagens, coisas boas, ou, pelo contrário, castigá-nos-á cada vez mais com uma multiplicidade de problemas resultantes da facilidade e rapidez com que tudo circula à escala planetária? Adoro, claro, ter acesso imediato a tudo o que se passa no mundo, aos produtos e lugares mais exóticos que se possam imaginar. Mas assusta-me perceber que isso também contribui para que alguns países se tornem cada vez mais ricos e influentes e outros mais pobres e subjugados. Assusta-me perceber que a Terra será um planeta cada vez mais poluído, devido ao aumento desmesurado das fábricas e dos meios de transporte poluentes, dos lixos industriais e domésticos, porque isso traduzir-se-á no esgotamento dos recursos naturais e na extinção de espécies animais e vegetais. Ou seja, os seres vivos da Terra vão ter cada vez menos qualidade de vida, porque a atmosfera estará mais saturada por agentes poluentes e, como tal, haverá menos oxigénio disponível e mais dióxido de carbono espalhado na atmosfera terrestre.

Na minha angustiada preocupação ao olhar o mundo atual, não posso deixar de invocar um magnífico fragmento de um texto de Erasmo de Roterdão, escrito em 1511 (*Elogio da Loucura*), pela pertinência e atualidade do seu avisado raciocínio: “Se alguém julgar que falo com mais atrevimento do que verdade, venha inspecionar comigo as vidas humanas [...]. Este mete no ventre tudo quanto ganha e, poucos dias depois, passa fome. Aquele não vê a felicidade senão no sono e no ócio. [...] Os negociantes mentem, roubam, defraudam, enganam e consideram-se pessoas muito importantes porque andam com os dedos cheios de anéis de ouro. [...] Se alguém pudesse observar os mortais a partir da Lua, julgaria ver milhares de moscas e de mosquitos envolvidos em rixas, guerras, maquinacões, rapinas, enganar [...] Os reis e os príncipes não escutam senão os que lhes dizem coisas agradáveis [...] Julgam executar inteiramente as funções régias se vão com frequência à caça [...] e inventam diariamente novas maneiras de diminuir a riqueza dos cidadãos e de aumentar a sua, por

meio do fisco [...]. E que direi dos cortesãos? Nada há mais rasteiro, mais servil, mais hipócrita, mais abjeto que esses homens que se consideram os primeiros de todos [...]. Dormem até ao meio-dia; mal saídos do leito, ouvem missa, que para eles reza um padre mercenário. Mal acabado o almoço, logo os chamam para o jantar. Depois, são os dados, o xadrez, os torneios, os adivinhos, os bobos, as amantes, os divertimentos, as chalaças [...]. E, deste modo, sem receio do tédio da vida, passam as horas, os dias, os meses, os anos, os séculos.”

Por tudo o que escrevi, exprimindo uma visão muito pessoal da análise que faço da sociedade, estou cada vez mais convencida (mas espero estar errada!) que o futuro da nossa sociedade será muito sombrio, mesmo com todos os avanços que se continuarão a registar na tecnologia, na ciência e na medicina. Faltará sempre a sociedade dos valores. Dos bons valores. E os valores foram, são e serão, sempre, a pedra basilar da sociedade. Não posso terminar o meu texto

sem invocar também o pensamento da filósofa, linguista e psicanalista búlgaro-francesa, Julia Kristeva, pelo seu enquadramento na temática aqui refletida: “A refundação do humanismo não é nem um dogma providencial, nem um jogo do espírito: é uma aposta. A era da suspeita não é mais suficiente. Diante das crises e das ameaças cada vez mais graves, chegou a era da aposta. Devemos ter a coragem de apostar na renovação contínua das capacidades dos homens e das mulheres de crer e de saber juntos. Para que, no multiverso cercado de vácuo, a humanidade possa perseguir longamente o seu destino criativo...”.

Esperemos que estas sábias palavras funcionem como uma profecia e que a “renovação contínua das capacidades dos homens e das mulheres de crer e de saber juntos” promovam, efetivamente, a construção de uma sociedade melhor.

Somos, efetivamente, um agrupamento intercultural?

Beatriz Católico, Inês Santos, Inês Saraiva, Lara Nunes, Lara Jesus Mafalda Domingues e Tomás Santos
(ex-alunos da escola/Clube de Informação e Jornalismo)

O nosso agrupamento tem vindo a receber regularmente alunos provenientes de múltiplas latitudes e, por isso, convive cada vez mais com a necessidade de promover práticas educativas geradoras de um efetivo compromisso de interculturalidade.

Brasil, Venezuela, Colômbia, Ucrânia, Índia e China são exemplos de algumas das nacionalidades representadas no universo discente, e, se, no caso do Brasil, e mesmo da Venezuela e da Colômbia, a língua não se assume como a primeira barreira para uma plena integração, nos restantes casos, a dificuldade ao nível da comunicação cria logo um fosso mais difícil de transpor, que exige respostas concretas e facilitadoras da referida integração. O trabalho tem sido desenvolvido, com qualidade, porque toda a comunidade educativa do agrupamento (alunos, assistentes operacionais, professores...) não se tem poupado a esforços no sentido de incentivar que “*culturas distintas se unam e criem novas culturas (...), incorporando novos valores e novos comportamentos*”, alicerces para a construção “*de uma ampla cidadania com igualdade de direitos*”.

O jornal Escrita Irrequieta quis ouvir estes *alunos cidadãos do mundo* - Ana Júlia, Analis, Beatriz, Nicolly, Nikolay, Nina, Yury, todos do 9.º B; Guilherme, do 9.º C, Ayron, do 7.º D, Iago, do 7.º B, porque já não foi possível ouvir o Abrahan, do 8.º B, o Jhon, do 9.º C, o Michael e o William, do 7.º D. Numa análise atenta aos conteúdos das entrevistas, foi possível perceber que todos estão já integrados na realidade portuguesa, embora o processo de integração tenha tido, compreensivelmente, ritmos diferentes.

Das aliciantes conversas realizadas, deixamos apenas as ideias mais representativas e que, de forma clara, confirmam que estamos perante uma comunidade educativa intercultural. Assim, é possível afirmar sem reservas que todos os alunos confessaram gostar muito de Portugal e que só regressarão aos países de origem para gozar períodos de férias e, em algumas situações, para visitar a família, apontando a estabilidade e a segurança como aspetos determinantes na escolha do nosso país como destino. Para além disso, revelaram gostar muito da

gastronomia portuguesa, surgindo o bacalhau como rei da mesa ou escolha acertada. No que respeita à adaptação, foi quase consensual a ideia desta ter sido relativamente fácil, com o contributo de todos, especialmente dos alunos. Já quanto à qualidade do ensino encontrada, todos reconheceram que encontraram mais qualidade do que a que existia nos respetivos países de origem. Por tudo isto, não restam muitas dúvidas que somos um agrupamento verdadeiramente intercultural, e, para reforçar esta realidade, foi promovido o projeto “Encontro de Povos e Interculturalidade”, por iniciativa das disciplinas de Geografia e História, destinado aos alunos do 8.º ano, os quais foram desafiados a decorar cinco portas de sala de aula (2, 4, 6, 8 e 10) com elementos característicos e identificativos de múltiplos países da Europa (sala 2), Ásia (sala 4), África (sala 6), América (sala 8) e Oceânia (sala 10). Parabéns aos participantes.

É preciso repensar a Humanidade

José Paulo Lourenço
(Clube de Informação e Jornalismo/Equipa do Jornal)

*O egoísmo e o ódio têm uma só pátria;
a fraternidade não a tem. (Lamartine)*

Segundo Álvaro Vasconcelos, fundador do Fórum Demos (espaço de reflexão gerado num contexto muito especial, como comprova o respetivo Manifesto: “*A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o crescimento da extrema-direita xenófoba na Europa, a recusa da hospitalidade europeia relativamente aos que fogem da guerra nas nossas fronteiras, os milhares de mortos sepultados no Mediterrâneo, a repressão brutal da oposição em vários países árabes, as vitórias eleitorais de conservadores religiosos no Brasil. Esta penosa série de acontecimentos, que alerta para as ameaças que pairam sobre a democracia, é a razão para o lançamento do Fórum Demos*”), abordando temáticas prementes da nossa sociedade, “*o coronavírus é um teste à nossa humanidade*”. E o autor fundamenta o seu raciocínio, questionando: “*Será que, no meio da angústia de podermos ser contaminados ou de vermos os mais queridos afetados, seremos capazes de olhar para os outros como parte da mesma humanidade? E será que além de pensarmos no nosso problema, teremos tempo para nos comover com a sorte dos refugiados que vão desaparecendo das páginas dos jornais?*”. Ou seja, o

autor alerta para a necessidade inadiável de reafirmar os valores da solidariedade e da humanidade comum, de denunciar os episódios de xenofobia, racismo e nacionalismo, de combater de forma clara e sistemática toda e qualquer forma de banalização do mal.

Fica evidente que não podemos limitar-nos a combater o coronavírus, porque há muitos outros males (outros “vírus”) a fragilizar a sociedade, especialmente a desumanidade. Retomando as palavras do autor: “*A Europa não está, infelizmente, imune ao vírus da desumanidade, ao medo do outro visto como portador do mal.*” E o raciocínio é fundamentado com o grave problema dos refugiados, tratados como inimigos em algumas das fronteiras europeias, nomeadamente a da Grécia com a Turquia. Fora da Europa, o problema persiste, enfrentando os movimentos migratórios os muros que se vão erguendo sob a bandeira da indiferença. Uma eventual desagregação da União Europeia, por exemplo, resultará mais facilmente da falta de valores como a fraternidade e do desrespeito pelo Outro, do que de uma eventual crise financeira gerada pelo coronavírus.

Ou seja, temos que olhar o Outro com humanidade, seja esse Outro um imigrante sedento de trabalho ou um refugiado de guerra à procura de abrigo.

Concluindo, mais uma vez com recurso às palavras de Álvaro Vasconcelos: “*O que será decisivo para o nosso futuro será a nossa capacidade para preservar a nossa humanidade comum. (...) está aí o futuro da Europa*”. E, acrescentamos nós, o futuro da própria Humanidade.

Não podemos fechar a porta à criatividade

O grupo de Educação Especial
Clube de Informação e Jornalismo

Breve nota final

A equipa do EI!

O 18 é, aqui, um número absolutamente mágico. Uma tela repleta de criatividade, de sonho e de vida.

Para lá da obra de arte, funciona a Unidade de Autismo, e é ali que trabalham todos os dias verdadeiras crianças-artistas que, com todas as suas limitações, agarram o Presente sem medo e moldam o Futuro com infinita e resiliente sofreguidão.

Se procurarmos na nossa escola uma sala verdadeiramente especial, onde “o sonho comanda a vida” e “o mundo pula e avança”, como devia acontecer em todas as salas de todas as escolas do mundo, a sala 18 é seguramente a resposta para a nossa procura.

Educação inclusiva, mais uma das conquistas de Abril.



Esperamos ter atingido os objetivos a que nos propusemos e ter ido ao encontro do desafio proposto!

Fica o nosso agradecimento por nos terem convidado a participar neste projeto e a certeza de que o percurso que conduziu a este produto final foi muito enriquecedor para toda a equipa do Escrita Irrequieta!

Direção Dora Gomes

Coordenação José Paulo Lourenço

Redação Cláudio Santos, Inês Ferreira, Lara Marques, Maria João Amaral, Matilde Camões Neves e Tiago Nadais Marques (8.º A); Leonor Marques, Mara Pereira e Maria Beatriz Fernandes (8.º B); Tiago Pinho (8.º D); Gabriel Carvalho Antão (9.º A); Letícia Matos Villar (9.º B); Gabrielly Costa e Matilde Camões Oliveira (9.º C). Cristina Silva, Dora Gomes, José Paulo Lourenço e Laura Pinho

Revisão Cristina Silva e José Paulo Lourenço

Design Rui Henriques

Escrita Irrequieta

ISSN 1647 1903

Depósito Legal 385324/14

Edição e Propriedade Agrupamento de Escolas de Branca,

Apartado 46, 3854-908 Branca ALB

Telefone 234 540 070

E mail escritairrequieta@aebranca.net

Web www.aebranca.net